

Plano Diretor da Capital está pronto para votação

Relatório geral do projeto foi aprovado em comissão nesta quarta-feira

RODRIGO STOLZMANN*

O Plano Diretor está pronto para ser votado na Câmara de Porto Alegre. Nesta quarta-feira, o colegiado aprovou o relatório geral do projeto com nove votos a favor e cinco contrários. Produzido pelo vereador Jessé Sangalli, o texto foi deliberado no âmbito da comissão especial que trata da iniciativa. Descontente, a oposição convocou uma coletiva de imprensa e apresentou um parecer divergente. Contudo, é o documento do liberal que, respaldado pela base de Sebastião Melo, segue para votação no plenário (última etapa).

O relatório acatado mantém os pareceres das temáticas 1, 2, 3, 4, 5 e 7. O único texto rejeitado foi produzido pelo eixo de desenvolvimento econômico, presidido por Giovani Culau. Das 519 emendas propostas (totalizando Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo), apenas 92 foram englobadas. Entretanto, o



Jessé Sangalli (à esquerda) teve seu relatório aprovado

regimento interno prevê que, reunindo 12 assinaturas, é possível destacar emendas rejeitadas e/ou discutir emendas incorporadas pelo relatório geral. Em outras palavras, a discussão pode (e deve) estar longe do fim.

A presidente Comandante Nádia manifestou publicamente o desejo de votar a proposição neste ano. Entre os vereadores, porém, é consenso que a deliberação é

uma tarefa para 2026. O iminente recesso parlamentar (23 de dezembro) e o grande número de emendas deve impedir o encerramento da pauta. A oposição possui 12 dos 35 parlamentares e, por isso, discutirá individualmente todos os dispositivos que envolvem o projeto da prefeitura.

*Sob supervisão de Mauren Xavier

Discussão se dividiu entre base e oposição

A discussão a respeito do relatório geral do Plano Diretor se dividiu em dois polos: base e oposição. Por um lado, os aliados avalizaram o liberal, que teve seu parecer acatado e elogiado. Por outro, os opositores negaram o seu apoio e se puseram a criticar o documento. De acordo com eles, o trabalho realizado não se ancora na adaptação climática, tampouco garante moradias populares.

“O que está sendo proposto não garante que os trabalhadores vão morar perto de seus trabalhos”, afirmou o vereador Giovani Culau (PCdoB). Em sua avaliação, o texto que avança apenas favorece a construção de empreendimentos de alto padrão, o que expulsará a população mais pobre dos centros urbanos frente à especulação imobiliária. “Vamos construir Airbnb”.

Na mesma linha, Juliana de Souza (PT) chamou atenção para a suposta condução autoritária das atividades. “Tivemos três meses para debater o Plano Diretor. Na última revisão, os vereadores precisaram de três anos”, contestou. Além disso, a petista acusou a prefeitura (e a base aliada) de cercear a participação popular durante todas as etapas do processo.

“As construtoras vão ditar as regras”, criticou Grazi Oliveira (PSol), descontente com a

proposta. Para ela, o texto concede “subsídios disfarçados” para as grandes empresas, drenando benefícios em burocracias e descontos abusivos. A reclamação ainda se estendeu para os colegas: “não deram nem justificativa para negar as nossas emendas”.

Relator geral do documento, Jessé Sangalli (PL) não compartilha das críticas. “Em nosso trabalho, validamos a tese do adensamento e proteção ambiental”. Sobre o parecer rejeitado (desenvolvimento econômico), Sangalli afirmou que precisou interceder em virtude de sua incompatibilidade com a liberdade econômica. Para além disso, o liberal considerou o seu texto equilibrado e entende que ele exige, ao contrário do que sugerem as críticas, contrapartidas robustas dos grandes empreendimentos.

Vice-líder do governo, a vereadora Cláudia Araújo (PSD), mesmo com as suas divergências, apoiou o parlamentar. “Tivemos duas emendas rejeitadas no relatório. Algumas coisas eu concordo e outras eu discordo. Porém, faremos a discussão no plenário”. Apesar da postura moderada, a aliada ainda reiterou o seu apreço pela verticalização, um dos pilares da iniciativa.

“O plano é moderno e disruptivo”, defende Marcos Filipe (Ci-

dadania). O vereador, diferente dos opositores, acredita que a proposta trará as pessoas de baixa renda para perto de seus trabalhos, diminuindo o tempo de deslocamento na cidade. “Trata-se do adensamento controlado. Vamos combater a gentrificação e diminuir a emissão de CO₂”.

ENTENDA

- Protocolada no dia 12 de setembro, a matéria estabelece o planejamento urbano do município para os próximos dez anos. Em virtude disso, há grande disputa de interesses envolvendo o documento.
- A proposição está sendo adiada há cerca de cinco anos. Trata-se de um texto que planeja o desenvolvimento da cidade no longo prazo.
- O Legislativo criou uma comissão especial para trazer contribuições e revisar o projeto.
- O grupo contou com 14 vereadores e trabalhou por meio de sete diferentes eixos temáticos.
- Com a aprovação do relatório geral, resta apenas a discussão e votação no plenário.

REGIÕES SUL E SUDESTE

Fundo de Desenvolvimento pode gerar R\$ 11 bilhões

Deputados das regiões Sul e Sudeste articulam a aprovação, no próximo ano, da criação de um Fundo Constitucional para o Sul e o Sudeste. A proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo deputado Toninho Wandscheer (PP-PR) em 2023, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, agora, está em discussão em uma comissão especial. O deputado gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) é vice-presidente e Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), o relator.

O texto prevê que 1% da arrecadação da União seja destinado a um fundo para financiar o setor produtivo da Região Sul e outros 1% para a Região Sudeste. Além disso, 23,5% seriam destinados ao Fundo de Participação dos Municípios e 0,5% à segurança pública. Seriam beneficiados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Com base na arrecadação do último ano, Toninho estima que, se aprovado em 2026, o fundo garantirá cerca de R\$ 11 bilhões adicionais em 2027. O projeto não delimita a forma de gestão dos recursos, mas o deputado sugere que os valores sejam administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Ele citou a importância dos recursos para investimentos em áreas como prevenção às enchentes. “Precisamos entender que eventos climáticos extremos podem voltar a acontecer e que novas tragédias são possíveis. Como evitar isso? Há engenharia para isso, mas é preciso ter recursos para viabilizar os investimentos”, afirmou o deputado, em coletiva, após palestra no Tá Na Mesa, promovido pela Federasul. Segundo Wandscheer, a discussão na Câmara está avançada. No Senado, no entanto, o embate tende a ser mais intenso.

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | (51) 3216.1615

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL / RS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

O Município de Almirante Tamandaré do Sul torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025 - tipo menor preço por item, modo de disputa aberto - que tem por objeto aquisição do Kit Caçamba destinada ao Caminhão Mercedes Benz 2729, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I). **Recebimento das propostas:** no período de 12 de dezembro a 29 de dezembro de 2025, até às 08h29min. A sessão de lances será no dia 29 de dezembro de 2025, às 08h30min. Edital disponível em almirantetamandaredosul.rs.gov.br e em portaldecompraspublicas.com.br. Dúvidas/informações podem ser enviadas para licitacao@tamandaredosul.com.br ou pelo fone (54) 3196-9980.

Almirante Tamandaré do Sul, 11 de dezembro de 2025.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO - Prefeita Municipal

Celic

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



AVISO DE NOTIFICAÇÃO DE ANULAÇÃO

Pregão Eletrônico 9358/2025 Processo 24/2000-0141011-7
Objeto: Vigilância/segurança patrimonial, ostensiva e armada, com fornecimento de material, a ser executada na Escola de Saúde Pública da SES, em Porto Alegre/Rs.

O DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições, **NOTIFICA AS EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO PREGÃO ELETRÔNICO** acima informado, com fulcro no Artigo 71, II e §3º da Lei nº 14.133/2021, que irá **ANULAR** o certame, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, para que, havendo interesse, manifestem-se no prazo de 03 (três) dias úteis, contar da publicação deste Aviso de Notificação de Anulação. A presente notificação tem como fundamento a Informação N° 2773/2025 – ASJUR/CELIC (fls. 663/666), a qual relatou que o equívoco na planilha de custos disponibilizada no Sistema Compras RS enseja a anulação do certame. As manifestações, se for o caso, deverão ser encaminhadas para o e-mail “pregoeiros-celic@planejamento.rs.gov.br”, com a seguinte identificação de Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9358/2025.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E REAGENDAMENTO

Pregão Eletrônico 9375/2025 Processo 25/2000-0023513-9
Objeto: Serviços de locação de até 280 equipamentos (Respiradores Artificiais e Aparelho para Apoio de Tossie Mecânica), de uso domiciliar para o Programa de Oxigenoterapia Domiciliar.

O DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições, **torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital em epígrafe. REAGENDA-SE** a data de abertura para o dia 05 de janeiro de 2026, às 09 horas.

AVISO DE REVOCAÇÃO PARCIAL

Pregão Eletrônico 0539/2025 (Lote 03) Processo 25/1300-0006401-1
Objeto: Registro de preços de materiais/suprimentos para informática; equipamentos para informática.

O DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições, **torna pública a REVOCAÇÃO DO LOTE 03 DO PREGÃO ELETRÔNICO** acima informado, nos termos do Artigo 71, II e §3º da Lei nº 14.133/2021, com fundamento na INFORMAÇÃO DIBENS-DPLAN/CELIC Nº 0440/2025, fls. 356/358, após transcorrido o prazo para manifestação quanto à Notificação de Revogação, publicada no DOE e Correio do Povo, em 24 de setembro de 2025, considerando ainda a ratificação da revogação em informação da Secretaria Executiva de Governação de TIC – SEGTIC (fls. 621/622), ocorrida a partir de manifestação contrária de parte interessada.

AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão Eletrônico 0662/2025 Processo 25/1300-0007960-4
Objeto: Registro de preços de tratores agrícolas.

O DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições, **COMUNICA a SUSPENSÃO** do Pregão Eletrônico acima identificado, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 5317680-98.205.82.0001/RS, que determinou a suspensão do prosseguimento do certame. O novo ato convocatório, contendo a retomada da sessão e demais providências, será devidamente publicado na forma da legislação vigente, ocasião em que serão informados os prazos e procedimentos subsequentes.

Paulo Roberto Sbaraini Lunardi
 Subsecretário Adjunto CELIC/SPGG